

GLOBALIZAÇÃO E GENTRIFICAÇÃO

Teoria e empiria

Walter Rodrigues

Resumo Este artigo discute alguns níveis do debate actual em torno do que se tem designado por processos de globalização, nomeadamente, na sua relação com as transformações das metrópoles contemporâneas. Analisam-se as dimensões e o alcance dos processos de globalização e as suas correlações com as questões da polarização social, fragmentação e gentrificação. Elementos empíricos das mudanças socioeconómicas e urbanas em curso em Lisboa ilustram as discussões teóricas apresentadas. Questionam-se as hipóteses de desurbanização e desterritorialização, como consequências da globalização, e propõe-se uma nova abordagem da gentrificação. Conclui-se pela necessidade de formulação de novos instrumentos conceptuais e novas posturas metodológicas para, de forma mais ajustada, lidar com as novas e complexas realidades em constituição.

Palavras-chave globalização; cidade; sociologia urbana.

A velocidade, o radicalismo e a volatilidade das transformações sociais ocorridas no Planeta nas duas últimas décadas deixaram atónitos os especialistas que por dever de profissão devem procurar compreendê-las e explicá-las, os sociólogos.¹ Se consenso existe, no campo das ciências sociais, ele reside na assunção de que a única certeza possível é que vivemos uma época de incertezas. A própria ideia de estarmos a presenciar tempos de transição histórica não recolhe o consenso generalizado. Enquanto alguns vêem nos tempos actuais um momento de transição entre duas fases de uma mesma época, a modernidade, outros avançam estarmos antes a presenciar uma transição de época. Uns optam pelo uso do prefixo “pós” para designar o mundo actual (pós-industrial, pós-materialista, pós-moderno, pós-fordista, pós-tradicional), designando algo de novo mas ainda incerto; outros preferem afirmar a continuidade histórica, negando uma ruptura com a fase antecedente (modernidade tardia, avançada, alta, radical, reflexiva). Obviamente que entre os defensores de cada uma daquelas designações (e alguns recorrem a diversas em simultâneo) existem diferentes diagnósticos e interpretações. Estamos longe, por isso mesmo, ao contrário do que por vezes se supõe, de uma época de “pensamento único” face aos problemas fundamentais do mundo contemporâneo. Recentemente, Martin Albrow (1996), trouxe a este debate importante contributo. Considera aquele autor que o projecto da modernidade se esgotou, ainda que não se tenha cumprido na totalidade. Questiona o facto de a modernidade prometer novos futuros no seu projecto, ao mesmo tempo que pressupõe a negação de qualquer alternativa de futuro a si própria. Postula uma abordagem radicalmente nova nos termos em que a questão tem sido debatida. O fim da modernidade não

é o “fim da História”, mas sim o princípio de uma nova era, uma Era Global. A tese de Albrow permite questionar as duas linhas de perspectivação supra-referidas, mas não deixa de se questionar a ela própria, ao prospectivar a hipótese não improvável de ocorrência de processos de desglobalização e ao apelar para o carácter contingente e indeterminado, por definição, da mudança social e histórica. Neste sentido, questionamos: a sobreposição de fases e épocas da História não foi o que sempre a caracterizou? Mas nem por isso a História parou algures numa das suas fases ou épocas. Obviamente que os caminhos da História não são rectilíneos e a mudança não se faz a uma só velocidade. Encontramos em contextos territoriais distintos do Globo diversas e mais ou menos complexas articulações e justaposições dos andamentos da História. Concretamente, em Portugal, pelas razões específicas do seu percurso histórico, encontramos uma justaposição, não isenta de *hysteresis*, de modernidade e tradição, de uma ainda recente e incompleta organização fordista, com sinais já razoáveis da sua crise.

O presente artigo exprime a complexidade e as dificuldades que temos encontrado na teoria sociológica para compreender e explicar aquelas transformações ao nível da vida urbana e social de uma pequena metrópole, Lisboa. Não cabe aqui dar conta de todos os elementos empíricos e dimensões analíticas da reflexão e investigação que efectuámos, motivo pelo qual esta abordagem é, necessariamente, parcelar. Optámos por discutir apenas, muito sumariamente, neste contexto, duas questões-chave para a nossa pesquisa: globalização e gentrificação. Ao nível das principais polémicas científicas em torno dessas questões e de algumas das dimensões empíricas dos processos nelas representados. É nossa convicção, no momento presente, que as transformações sociais fundamentais que acima referimos decorrem, em boa parte, do que se tem designado processos de globalização. Mas pensamos também que a globalização é um ponto de confluência de processos vários, contraditórios alguns, convergentes outros, contribuintes todos eles da complexidade da configuração social do mundo contemporâneo e, em particular, para o que aqui nos interessa discutir, das actuais constelações socioeconómicas presentes nas metrópoles. A nossa hipótese central, que adiante discutiremos, consiste na afirmação de que as metrópoles constituem o lugar, por excelência, onde a globalização se localiza. Por essa via se tornam territórios estratégicos, onde se assiste, continuamente, a processos, frequentemente sobrepostos de urbanização, suburbanização, desurbanização e reurbanização, *a contrario* das teses mais apocalípticas, que falam simplesmente do seu abandono e desvitalização social e económica. Esta hipótese tem como pressuposto o carácter multidimensional da globalização e, correlativamente, a ideia que sustenta que a desterritorialização do dinheiro, pessoas, imagens, signos, ideias, devida à sua desnacionalização e deslocalização, implica também um processo subsequente da sua reterritorialização.² Dito isto assim, importa agora precisar o sentido e o alcance que atribuímos àquela afirmação, sendo certo que se todo o conhecimento científico é, por definição, provisório, ainda mais o são os resultados desta pesquisa e o estado actual da nossa reflexão, pelas razões que acima mencionámos.

Para um quadro teórico de análise das relações entre a globalização e as metrópoles contemporâneas

A reflexão actual sobre os processos de globalização e as transformações fundamentais em curso nas metrópoles resulta de um conjunto de profícuos contributos de produção teórica, nos últimos dez anos, a que nenhuma análise sobre aqueles processos e transformações se pode furtar. Ainda que em prejuízo da profundidade analítica, que não compete a um texto da dimensão de um artigo, e com todo o simplismo que a esquematização sempre acarreta, mas por outro lado em benefício da compreensão do alcance das questões colocadas por este texto, sistematizá-riamos aquela reflexão da seguinte forma.

Um primeiro campo de análise, que entende a época actual como uma fase reflexiva da modernidade e tem vindo a debater as diversas dimensões dos processos de modernização reflexiva, de onde decorrem, entre outros, os conceitos fundamentais de cultura do risco, segurança ontológica, processos de individualização ou de individuação (consoante os autores) e processos de destradicionalização. Os principais contributos desta linha de reflexão provêm, de algumas das mais proeminentes figuras da sociologia contemporânea, como Giddens, Beck e Scott Lash. Num segundo eixo de perspectivação teórica incluiríamos os tributários das teorias da pós-modernidade. Esta linha de reflexão é bastante heterogénea e ampla. Para a análise das questões relativas às metrópoles e aos actuais processos de transformação social e urbana dos espaços citadinos, são essenciais, entre uma pluralidade de outros autores, Bauman, Jameson, Edward Soja, Featherstone e Sharon Zukin. É num terceiro campo de análise, subsidiário das teorias da sociedade pós-fordista, das teorias da regulação e das teorias da reestruturação económica e espacial, que incluímos, entre outros, os contributos de autores como D. Harvey, J. Urry, A. Amin, J. Esser, J. Hirsch, B. Jessop, mas também Dooren Massey, Susan Fainstein e Saskia Sassen. Finalmente, num quarto terreno de reflexão, incluímos as teorias da globalização, nomeadamente para o nosso objectivo neste contexto, aquelas que relacionam as transformações sociais contemporâneas com a sua especificação urbana. Um dos conceitos recorrentes desta linha de trabalho é o conceito de cidade global, a que deu notoriedade Sassen. Cumpre também referir o trabalho em torno deste conceito, e genericamente das relações entre globalização e transformações urbanas, por parte de outros autores, como A. King, M. Castells, P. Hall, M. Harloe, L. Budd e S. Whimster, N. Thrift, S. Zukin, entre outros.

Procurando ultrapassar as limitações das abordagens com base nas dimensões económicas, dominantes em algumas daquelas perspectivas, outros autores têm trazido ao debate sobre a globalização importantes contributos. Destacamos as propostas dos já mencionados anteriormente Anthony Giddens, Ulrich Beck e David Harvey, mas ainda autores como A. Appadurai, R. Robertson, S. Hall e M. Albrow.

É neste quadrilátero teórico que nos colocamos para a discussão do uso do conceito de globalização e também, num segundo momento, das questões, em nosso entender correlacionadas, de polarização e gentrificação, as quais têm sido

marcadas por alguma polémica científica que procuraremos explicitar, ainda que sucintamente e sem ter a pretensão de esgotar aquela polémica. Não sendo esta a sede própria para analisar todas as dimensões daquele debate, optámos por apenas enunciar alguns dos seus pontos, esclarecendo o sentido e o alcance que atribuímos àquelas noções na nossa pesquisa e, em simultâneo, abordando a sua aplicação ao objecto empírico da pesquisa, a cidade de Lisboa.

Dimensões e alcance dos processos de globalização

Poucos conceitos terão sido tão usados, nos últimos 10 anos, tanto pelo discurso científico quanto pelos discursos político e jornalístico, como o conceito de globalização. Trata-se de um conceito, de algum modo, “desgastado” por um uso recorrente e, por vezes, transformado numa espécie de panaceia para todos os males, ou para todas as virtudes, dos actuais processos de mudança socioeconómica. Procurando clarificar o sentido que na nossa pesquisa atribuímos ao conceito de globalização, abordaremos quatro pontos fundamentais de discussão, socorrendo-nos, para tanto, de alguns conceituados nomes das ciências sociais.

Um primeiro ponto reside na não-distinção corrente entre globalização, internacionalização e mundialização. Um segundo ponto, deriva de uma conexão, por vezes quase exclusiva, da globalização com as suas dimensões económicas (referidas como globalização da economia). Pelo menos duas outras dimensões são essenciais nos processos de globalização. A dimensão cultural (globalização da cultura) e a dimensão ambiental (globalização dos riscos ambientais). Em terceiro lugar, confundiu-se, com frequência, globalização com um processo de crescente homogeneização cultural e social, como se a globalização pudesse resultar na aniquilação das diferenças e heterogeneidades de todo o tipo. De algum modo relacionado com aquele equívoco, encontra-se um outro, que consiste em considerar que a globalização se opõe a localização, como se de pólos mutuamente exclusivos se tratasse.

Pretendemos defender o argumento que sustenta que a questão decisiva dos actuais processos de globalização reside numa profunda transformação, em curso, dos modos como concebemos e usamos o espaço e o tempo (Giddens, 1990, 1991, 1994; Harvey, 1989) e que, nesse uso e concepção, a mobilidade desempenha um papel central. Para tanto, parece-nos útil entender as transformações no mundo contemporâneo numa escala temporal multissecular (na modernidade) mas não esquecer aquelas transformações que resultam de mudanças operadas numa escala temporal mais reduzida, digamos no espaço de um século, o século XX (no capitalismo industrial organizado). O argumento dos que defendem que a globalização “não é nada de novo”, pois data, pelo menos, de finais do século XV (Harvey, 1996: 420, 421), é válido para sustentar que a partir de então se procedeu ao caminho para encurtar o tempo da distância entre os lugares, no Globo. A primeira viagem de circum-navegação, já no século XVI, terá sido particularmente decisiva nesse sentido. Mas não será que a globalização não se circunscreve à redução crescente das distâncias entre os lugares mas que, no limite, implica a sua própria extinção? Sem dúvida que a internacionalização da economia terá tido um

impulso fundamental após o século XV, mas tal como defende Robertson (1990, 1992), reflectindo sobre as origens históricas da globalização, não nos parece possível a assimilação da globalização pela noção de internacionalização. Internacionalização quer dizer, literalmente, como lembra Featherstone (1990), trocas inter-estados-nação. A globalização parece ser um processo mais complexo, não se circunscrevendo ao esbater das fronteiras nacionais e das barreiras comerciais, e deveria exigir a reflexão sobre as transformações historicamente recentes do sistema económico capitalista. A eliminação virtual das distâncias entre dois pontos do Globo deve ser lida na conjugação das consequências da mundialização da economia permitida pelo modelo fordista, com as consequências dos desenvolvimentos tecnológicos de que esse modelo se foi socorrendo, visando a concretização do ciclo máxima-produção-máximo-consumo-máximo-lucro. Este ciclo, ensinaram-nos os economistas, contém em si os germens da sua própria saturação à escala nacional e a necessidade consequente da transnacionalização da economia. Com essa saturação e transnacionalização, o capitalismo organizado, de escala nacional, desterritorializa-se e “desorganiza-se” (Offe, 1985; Lash e Urry, 1987, 1994), ao passar a uma escala global. Quais os meios de mobilidade que permitem este processo? A possibilidade crescente de massificação do transporte aéreo, das comunicações via satélite e das comunicações via cabos de fibra óptica. A economia dos lugares cede, assim, terreno a uma economia dos fluxos (Castells, 1994). Mas a intensificação da mobilidade à escala global não se reduz à mobilidade da economia e, muito menos, à mobilidade do capital. Lash e Urry sugerem que o desenvolvimento dos meios, e da necessidade de mobilidade repercutem-se na crescente intensificação da capacidade de mobilidade dos objectos (do capital, imagens e signos), mas também dos sujeitos (das pessoas e suas culturas). Isto implica alterações profundas das distâncias e velocidades de circulação do dinheiro, mercadorias, migrantes, turistas, profissionais, imagens, signos, ideias. As dimensões da globalização excedem assim, largamente, a economia *stricto sensu*. Além da dimensão económica, uma dimensão cultural deve, então, ser acrescida da análise dos processos de globalização. Esta dimensão cultural da globalização não deveria ser confundida, no entanto, com uma qualquer tendência de homogeneização global. Se uma tendência homogeneizante reside, necessariamente, na circulação global de signos, imagens, ideias, estilos; a apropriação dos mesmos pelos indivíduos resulta de complexos processos que, também necessariamente, heterogenizam práticas, valores, identidades e estilos de vida. De resto, essa tendência homogeneizante poderia ser imputada, com maior propriedade, ao modelo económico fordista e ao capitalismo organizado, devido ao “ciclo virtuoso” da produção e consumo de massa e à regulação e protecção social que possibilitaram, entre outros efeitos, a expansão das classes médias e os processos de suburbanização das cidades. Contrariamente, o modelo actual de capitalismo (pós-fordista e globalizado) caracteriza-se antes pela necessidade crescente de reflexividade na produção, como no consumo, exigida por um regime de acumulação flexível (Harvey, 1989) e por um novo modo de regulação social e política. Reflexividade essa que é ainda imperativo de uma “cultura de risco” (Beck, 1986/1992; Giddens, 1990, 1991, 1994) e correlativa quebra da “segurança ontoló-

gica" (Giddens, 1991, 1994), implicadas na crescente desregulação social e económica e na globalização dos riscos ambientais (Beck, 1986/1992), que assim promovem uma crescente individualização, da inclusão como da exclusão social, e geram novas formas e mecanismos de desigualdade social.

A dimensão ambiental constitui, por isso, também, uma importante dimensão dos actuais processos de globalização. Actualmente, é já um lugar-comum afirmar que os riscos ambientais se globalizaram. O que aqui nos interessa referir é que a consciência do problema ambiental e da extensão dos riscos potenciais da crise ecológica planetária induzem práticas e estilos de vida e, desse modo, novas formas culturais, que tanto podem contribuir para novos alinhamentos sociais (as utopias do século XXI: uma cidadania global e uma democracia cosmopolita), como para reforçar processos de individualização na inserção social dos indivíduos (Beck, 1986/1992).

A globalização implica, assim, novos problemas que ultrapassam em larga medida as lógicas e capacidades de acção nacional ou local. Este facto não quer dizer que a globalização ambiental, económica ou cultural anule as especificidades locais, ou que as influências contextuais da globalização sejam homogéneas e uniformes. Pelo contrário, como resposta àquelas influências e problemas mas, em alguns casos, também vantagens e novos desafios, os contextos locais de acção e decisão política, económica, social, cultural e identitária reagem de forma muito diversificada. A questão é que a globalização não parece dizer respeito apenas aos fluxos globais das grandes escalas planetárias, como também aos "contextos locais e mesmo pessoais de experiência social" (Giddens, 1994: 4, 5), a que alguns chamaram "microglobalização".

Por um lado, sendo a dimensão económica uma dimensão obviamente fulcral dos processos de globalização, estes não se esgotam naquela dimensão. Por outro lado, a globalização entrelaça-se, de forma dialéctica, nas mais variadas formas de localização, produzindo como resultado novas constelações do mundo contemporâneo, que se caracterizam pela anulação da causalidade linear e de sentido único e pela complexidade, fluidez e volatilidade que lhe são intrínsecas.

Um importante contributo para esta discussão foi proposto por Appadurai (1990: 296-299), sugerindo um "quadro teórico elementar" de análise das relações entre cinco dimensões dos fluxos culturais globais que constituem "paisagens" por onde os indivíduos "navegam" no seu quotidiano, e a partir das quais constroem "mundos imaginados". Estas paisagens, adverte o autor, embora respondam ao carácter fluído, instável e subjectivado dos contextos globalizados, implicam processos de desigualdade e poder. Seriam elas: as *ethnoscapes* (as paisagens globalizadas das pessoas e suas culturas, turistas, imigrantes, refugiados, etc.), as *technoscapes* (as paisagens da configuração global e fluída da tecnologia), as *finanscapes* (os fluxos globais dos capitais), as *mediascapes* (os fluxos de informação e imagens à escala global) e as *ideoscapes* (a circulação global de ideias e ideologias). A perspectiva de Appadurai, ao falar de paisagens, é a de afirmar o carácter não isomórfico crescente do dinheiro, maquinaria, imagens, ideias, pessoas, enquanto "construções perspectivadas", instáveis, irregulares, fluídas e não como relações objectivadas, por contraponto à estabilidade relativa, objectividade e regularidade

das relações nas comunidades e redes através das quais as pessoas se movem. Ora, Martin Albrow (1996), subscrevendo a perspectiva de Appadurai, vem questionar o carácter estável dessas “comunidades e redes” e afirmar que é possível, também, falar de *socioscapes*, ao falarmos da vida social de um determinado local, já que ele permite, tal como em relação a uma paisagem, diversas perspectivas dependentes do ângulo onde os indivíduos se colocam, isto é, dependendo das diversas “socioesferas” em presença nesse local. A “socioesfera” de um indivíduo concerne ao seu estilo de vida e rede de relacionamentos, a qual possui um carácter relativamente estável (embora sublinhemos o relativamente), enquanto as *socioscapes* onde transita possuem um carácter irregular, instável e implicam, frequentemente, a coexistência segregada, e não necessariamente relacional, com outras “socioesferas”. A conclusão que, desde já, nos parece passível de ser extraída, do que até agora vimos, é que os processos de globalização não só desnacionalizam como também deslocalizam a economia e a cultura. Necessariamente que este processo implica uma desterritorialização do capital como das culturas. Contudo, processos subsequentes de reterritorialização, tanto da economia como da cultura, ocorrem, muito embora o seu espaço-tempo não seja já nem nacional nem local.

Reterritorialização da economia e da cultura

É dos referidos processos de reterritorialização da economia e da cultura num mundo globalizado que nos ocuparemos agora. Pretendemos questionar em que medida os processos de globalização, enquanto constitutivos de uma nova ordem económica e urbana, que advém da reestruturação imposta ao sistema económico pela globalização do capitalismo, não implica processos de reterritorialização, subsequentes à desterritorialização antes referida (Harvey, 1996: 420). A ideia de desterritorialização é oriunda da escassez de constrangimentos espaciais para os relacionamentos sociais, interação presencial e implantação e operatividade das actividades económicas. Os desenvolvimentos das últimas décadas ao nível da inovação científica e tecnológica, nomeadamente das tecnologias da produção, comunicação e informação, confundiram os efeitos da globalização com a aniquilação generalizada de competências distintivas e capacidades de territorialização, do elemento material espaço, quer para a localização produtiva, quer para os relacionamentos sociais. Subscrevemos aqui a tese de Saskia Sassen (1991, 1994) e de outros autores, segundo a qual, na fase actual de capitalismo pós-fordista, de intensa reestruturação económica, recomposição social e reconfiguração territorial oriundas da globalização económica e cultural; as cidades, em particular as grandes cidades, ou melhor dizendo, as metrópoles, reemergem como território estratégico daqueles processos, implicando esse facto, uma crescente subalternidade dos estados-nação, nos fluxos da economia e da cultura globalizadas e na própria capacidade de decisão política e económica. À hipótese de desterritorialização, contrapomos a existência de uma clara reconcentração de actividades económicas específicas nas metrópoles e reterritorialização de relacionamentos sociais e identidades culturais. As “socioesferas” dos indivíduos remetem, cada vez mais, para redes de relacionamentos e estilos de vida transnacionais e translocais, mas que

por isso não deixam de possuir expressão territorial, muito embora esses territórios, num contexto de acelerada mobilidade a várias escalas, incluindo a planetária, como é o mundo actual, não digam já respeito à ideia ou ideologia da “tradicional” comunidade ou “bairro”. Esta é necessariamente trespassada, crescentemente, pela globalização cultural. Por outro lado, a globalização económica não significa a inexistência de lugares onde o trabalho de globalização é efectuado, como a globalização cultural não implica a desmaterialização, em absoluto, dos contextos de interacção cultural. A nossa hipótese de trabalho nega, assim, a ideia que sustenta que os processos de globalização da economia e da cultura implicam a desterritorialização, em definitivo, da economia e das culturas e também a desurbanização, ou sequer a desconcentração da actividade económica nas metrópoles.

Tomemos, para tanto, dois dados do problema. O primeiro diz respeito às mutações identitárias implicadas genericamente nas influências de uma cultura global, e particularmente na intensificação das migrações internacionais, um dos traços marcantes dos actuais processos de globalização. Perfilhamos, aqui, a ideia de Stuart Hall (1992), segundo a qual a globalização gera “identidades híbridas” e “diásporas comunitárias”, motivadas pela translocalização identitária. É certo que a hibridizade sempre foi o que caracterizou as identidades, e a diáspora de determinados grupos de identidade sempre existiu. Contudo, nunca como agora tais processos implicaram a complexidade, a irregularidade e a fluidez que actualmente os caracteriza. Por outro lado, a ancoragem territorial dessas identidades era espacialmente mais circunscrita e não implicava os fluxos de comunicação global que actualmente as tipifica. Aquele autor sugere, também, tal como Giddens e outros, que a globalização possui efeitos contraditórios a este nível, gerando processos simultâneos, e por vezes imbricados, de “tradução identitária”, e de retorno, ou reforço, de “tradição identitária”. Quer isto dizer que a transnacionalização das culturas presente nos fluxos migratórios internacionais (mas também na generalidade dos processos de construção identitária e composição de estilos de vida) implica a deslocalização das identidades, mas igualmente a necessidade de reterritorializar, em processos complexos, as novas identidades híbridas, negociando e “traduzindo” entre diversas culturas, idiomas e atributos identitários a reconstrução dessas novas identidades. O que sucede é que os territórios dessas identidades são agora translocais e transnacionais, o que vem reforçar a tendência crescente para a implosão da ideia de Nação e nacionalismo. Por outro lado, este facto não deixa de despoletar sinergias, em sentido contrário, de desejo de reconstituição de identidades de cariz localizado, nacionais, religiosas ou outras, frequentemente ancoradas na ideia de território de fronteiras culturais e espaciais pretensamente claras e inequívocas. O advento da xenofobia, do nacionalismo e do fundamentalismo encontra também nestas dinâmicas a sua justificação, como recordam Giddens (1991) e o próprio Hall (1992).

O segundo dado do problema concerne à reestruturação económica e espacial do capitalismo global pós-fordista. Ao invés de representar um processo de abandono dos estrangulamentos espaciais, implica sim um processo de reconfiguração dos factores locativos e reconcentração nas cidades e nos centros das metrópoles em particular, dos sectores económicos que lideram a nova economia urbana

global. Esta parece, cada vez mais, carecer de um sector de serviços avançados especializados que incorporem conhecimento e informação intensivos, mas não deixa de carecer, igualmente, de trabalho intensivo, tanto na produção daqueles serviços como no “suporte reprodutivo” das novas lógicas de acumulação do capital (Sassen, 1994). A par de um processo de dispersão da localização económica, simultâneos processos de reconcentração ocorrem.

Entre outras consequências, que nos dispensamos de avançar aqui, aquela reestruturação económica tem vindo a implicar um crescimento muito acentuado, no emprego e nos usos e ocupação dos territórios metropolitanos, de determinados sectores económicos específicos que, em paralelo com o decréscimo e recessão de outros sectores, tende a desenvolver processos de polarização económica, social e espacial. A tendência para a “quaternarização” das economias urbanas globais implica, assim, a necessidade de cooptação de emprego entre os sectores profissionais altamente qualificados, motivando processos de gentrificação residencial das metrópoles, mas simultaneamente de emprego de reduzidas qualificações, onde, no caso dos países europeus e norte-americanos, encontram lugar os trabalhadores imigrantes provenientes das restantes regiões do Globo. O capitalismo desorganizado da nova era global, produz deste modo, também ele, efeitos contraditórios. Por um lado fractura e fragmenta, como já mencionámos, mas por outro lado implica também reconstrução e polarização, pelas razões que acabamos de referir.

Este quadro, dá origem, como dizíamos antes, à reemergência das metrópoles como territórios estratégicos da nova ordem económica global. Contudo, não exclusivamente das chamadas “cidades globais”. Se é certo que cidades mundiais como Nova Iorque, Londres e Tóquio detêm um papel crucial nos fluxos financeiros globais (Sassen, 1991), não é menos verdade que a reestruturação económica e espacial do capitalismo global se faz sentir, necessariamente, por definição do que são processos de globalização ao nível da generalidade dos contextos mundiais. Obviamente de forma específica, consoante aqueles contextos, e inevitavelmente promovendo efeitos mais alargados, e em maior sintonia globalizada, nas metrópoles mundiais do que noutros contextos territoriais. Para esse facto não contribui, exclusivamente, o factor dimensão (muito embora este não seja de menosprezar, porque dele decorrem potencialmente outros factores), como essencialmente a densidade da presença de uma cultura e de uma economia globais, a natureza nodal estratégica da sua localização geográfica, o suporte em infra-estruturas e equipamentos ajustados às necessidades da nova economia urbana global, a existência em quantidade e qualidade de competências e qualificações profissionais adequadas às novas exigências produtivas, entre outros factores. Um conjunto de factores que promovem algumas cidades em detrimento de outras, mas também desencadeiam uma concorrência entre elas, procurando atrair investimentos e população produtora e consumidora. Esta lógica de concorrência entre as cidades, necessariamente, tende a reforçar, também ela, a crescente subalternidade dos estados nacionais face a uma lógica estratégica e decisional que depende mais de relações interurbanas do que de trocas relacionais internacionais. Contribui, desse modo, para reconfigurar a geografia da centralidade e periferia. A ideia de enfraquecimento dos estados-nação num mundo crescentemente globalizado tem sido

alvo de diversas críticas, em nosso entender, arriscamo-nos a afirmar, pouco certas. Martin Albrow (1996: 168-183) sugere que a maior parte daquelas críticas repousa num argumento largamente conduzido numa lógica que assenta em velhos pressupostos, que “assumem uma identidade entre nação, estado e governo e na ideia de que o internacionalismo reforça os estados-nação” (p. 170). Mas a crescente actividade do estado não equivale a um maior controlo governamental, ou capacidade dos governos nacionais para criar uma identificação popular com a nação (*idem*). Numa época global, os governos nacionais têm cada vez menor capacidade de controlo sobre os destinos das suas populações (p. 171). A questão essencial é que a globalização introduziu uma disjunção fundamental entre estado e nação. As pessoas tendem, crescentemente, a inserir as suas preocupações em questões que excedem a esfera nacional, porque os problemas se globalizaram e não se resolvem a uma escala nacional (a fome, a degradação ambiental, as guerras, os conflitos interétnicos, o narcotráfico, etc.) e a consciência disso é crescente. A crise das democracias representativas, o descrédito dos seus agentes e agências, possui, entre outras origens, também aqui, as suas razões. Torna-se, assim, cada vez mais necessário uma reconceptualização da política e do papel do estado, em novas condições, o que exigirá uma reavaliação da democracia representativa e de governo com base nos modernos estados nacionais. As alternativas não passam por uma lógica relacional e organizativa internacionais, como as já existentes, mas sim por formas transnacionais de organização do estado, que respondam ao exercício de uma cidadania global e de uma democracia participativa cosmopolita, que permitam pensar e actuar globalmente, ao invés do que pressupunha o conhecido *slogan*.

Reestruturação económica e espacial em Lisboa

Pretendemos convocar, agora, alguns elementos empíricos relativos a Lisboa que parecem ilustrar o que acabámos de referir quanto aos efeitos conjugados da globalização e da reestruturação económica e espacial das metrópoles contemporâneas. Antes, porém, queremos advertir que a nossa perspectiva não é a das análises comparativas intersocietais de níveis de desenvolvimento. Essa é, quanto a nós, uma questão com resposta à partida conhecida. A nossa questão é, antes, a de saber em que medida e sob que formas específicas os processos que estão a ocorrer a uma escala global transsocietal, operam entre nós. Para esse efeito, partíamos, na pesquisa efectuada, de uma perspectiva contrária às ideias recorrentes sobre a cidade de Lisboa. Estas sustentavam a existência de sinais de desurbanização da cidade, visíveis no seu abandono populacional e declínio económico. Em alternativa, defendemos que um tal diagnóstico só é possível quando apoiado numa análise conjuntural, temática e contextualmente restrita dos processos de transformação social e urbana. Em primeiro lugar, questionamos o verdadeiro *quantum* da diminuição populacional e do volume de emprego da cidade e o carácter supostamente anómalo dessa diminuição no actual contexto de mudança das metrópoles a nível mundial e, sobretudo, europeu. François Asher (1995: 19)

refere, a este propósito, que “a perda eventual de população das suas (das metrópoles) cidades centro, interpretada erroneamente como o declínio das grandes cidades, não é em nada contrária à metropolização, mas exprime antes a recomposição funcional e social dos espaços metropolitanos”.

Mas a questão pertinente, do ponto de vista das dinâmicas urbanas e das recomposições socioeconómicas e territoriais dos contextos espaciais metropolitanos, não parece residir aqui. Por isso, em segundo lugar, questionamos se a questão pertinente consiste no *quantum* dos saldos migratórios e dos volumes de emprego, ou antes nas transformações qualitativas decorrentes da conjugação dos movimentos de mobilidade residencial para o centro da metrópole com os movimentos migratórios de saída residencial da cidade, dos movimentos de pessoas e capitais decorrentes da reestruturação do tecido económico da cidade, e ainda da própria reestruturação urbanística, consequência das decisões e investimentos das estratégias políticas e económicas face à cidade.

Por outro lado, nos actuais contextos de globalização, não é mais possível fazer corresponder a população urbana das cidades centro das metrópoles apenas à sua população residente, nem sequer exclusivamente à que resulta das comutações metropolitanas diárias dos movimentos pendulares, mas a toda a população que quotidianamente vive na cidade porque à cidade vem trabalhar, estudar, consumir ou desenvolver actividades de lazer. Uma população que tem origem maioritariamente nos diversos aglomerados urbanos da metrópole, mas igualmente em outras cidades do País e, cada vez mais também, em outros países, deslocando-se para o exercício da sua actividade profissional ou de lazer a cidades de países que não aquele onde reside. É o conjunto desta população que constitui as “etno-paisagens” e “sociopaisagens” das metrópoles globalizadas. Os processos de globalização implicam uma intensificação não apenas dos movimentos migratórios internacionais como igualmente de movimentos pendulares, cada vez mais também interurbanos, numa escala planetária, e não já exclusivamente intrametropolitanos. Por motivos de trabalho, negócios ou lazer, são cada vez mais volumosos os efectivos de um novo tipo de *commuters*, nas metrópoles mundiais, com uma presença volátil e irregular, mas fortemente influenciadora dos quadros de vida quotidiana dos centros das grandes cidades contemporâneas (Nel. lo, 1995: 786).

Um primeiro passo, quanto a nós importante, para obviar a alguns equívocos na análise dos processos de transformação urbana de Lisboa, nos actuais contextos de globalização, deveria residir na assunção de Lisboa como um conglomerado urbano que actualmente possui cerca de três milhões de habitantes e que, resultante da História do País, foi alvo de um processo de crescimento urbano, estruturação territorial, e constituição de um tecido social e económico, singular no contexto do território nacional. A ideia de “litoralização” do País, sendo verdadeira, esconde uma outra realidade: mais de um terço da população do território continental nacional está concentrada na Área Metropolitana de Lisboa, enquanto a segunda região metropolitana do País congrega apenas cerca de 12% da população. Este facto demográfico, sendo por si só relevante, é também insuficiente para demonstrar uma maior similitude de Lisboa face aos processos de mudança das

metrópoles mundiais, sobretudo europeias, e um maior afastamento face à realidade dos restantes contextos urbanos nacionais. É da estrutura diferencial das economias urbanas e da composição do tecido social das duas maiores conglomerações urbanas do País que ressalta a evidência de que o único contexto urbano nacional que, de forma mais clara, se aproxima das actuais mutações em curso nas metrópoles europeias e norte-americanas é a metrópole de Lisboa. A inserção internacional do País após 1986 veio acentuar ainda mais aquela clivagem. A maior disponibilidade — apesar do seu elevado défice — de infra-estruturas e serviços de apoio à actividade económica em Lisboa e uma maior inserção nos fluxos financeiros e culturais europeus e mundiais vêm permitindo um crescimento extremamente desproporcionado do investimento económico em Lisboa face aos restantes contextos urbanos do País. Em 1991 o investimento directo estrangeiro no distrito de Lisboa representava 80% do total do País, enquanto no distrito do Porto, posicionado em segundo lugar, aquele investimento representava apenas 10,5% (Ferrão, e Wolleb, 1995: 15). A canalização do investimento público nacional e dos investimentos proporcionados pelos fundos comunitários europeus terão privilegiado, igualmente, a metrópole de Lisboa, permitindo um efeito de aglomeração de população e riqueza em Lisboa incomparável com as restantes regiões urbanas do País.

De igual modo, após 1986, intensificam-se os movimentos migratórios internacionais de população rumo à metrópole de Lisboa, provenientes dos mais variados pontos do Globo, permitindo um reforço da diversificação étnica e cultural que, uma vez mais, contribui para uma maior similitude de Lisboa face às metrópoles mundiais e acentua as clivagens face aos restantes contextos urbanos do País. Um dos traços que tipificam os processos contemporâneos de globalização é, justamente, como referimos antes, uma intensificação da diversidade étnica e cultural das metrópoles enquanto territórios polares e estratégicos daqueles processos, sendo também aí, necessariamente, evidente a supremacia da metrópole de Lisboa face aos restantes contextos urbanos nacionais.

Vejamus agora, em traços gerais, as tendências de reestruturação da economia urbana de Lisboa, procurando ilustrar como essa reestruturação, ao invés de permitir falar de desconcentração e desterritorialização, evidencia antes sinais claros de uma reconfiguração que caminha no sentido da reconcentração dos sectores estratégicos da nova ordem económica urbana do capitalismo pós-fordista globalizado, a que anteriormente aludimos. Desde meados da década de 80, a cidade centro da metrópole assiste a uma nova fase de penetração dos serviços na estrutura do emprego, facto que resulta, também, da maior abertura aos mercados mundiais e circuitos de circulação internacional do capital após 1986. O subsector da administração pública e o dos serviços sociais à comunidade vêm reduzir o seu peso proporcional na estrutura sectorial do emprego em Lisboa, o que não acontece nas periferias metropolitanas, onde aqueles sectores continuam a crescer. Mas os dados dignos de registo são, por um lado, a quebra do emprego no sector da indústria transformadora, que entre 1981 e 1991 perde mais de 32 mil empregos na cidade, e sobretudo os ganhos verificados no sector dos serviços financeiros, imobiliários e serviços à produção (naquele período regista um crescimento supe-

rior a 33 mil empregos).³ Observa-se, assim, uma tendência muito acentuada para a polarização da estrutura do emprego na cidade, por um lado, no sector estratégico dos serviços financeiros, imobiliários e serviços especializados à produção, mas por outro lado, também, no comércio, restauração e hotelaria e no sector da construção.

É sabido que aquele primeiro sector da actividade económica absorve, sobretudo, as profissões mais qualificadas e melhor remuneradas da estrutura socioprofissional, muito embora não dispense o trabalho de baixas qualificações e reduzidas remunerações. Por outro lado, tanto os sectores comercial e da restauração e hotelaria como o sector da construção absorvem maioritariamente as profissões mais desqualificadas e de inserção profissional precária, engrossando os contingentes de subemprego e precariedade laboral. Ora, entre 1981 e 1991, só aqueles sectores de actividade apresentam taxas de variação positivas, os demais sectores da estrutura do emprego da cidade apresentam taxas de variação negativas. Este cenário, com sinais evidentes de intensificação ao longo da década de 90, surge como um forte indicador de uma tendência acentuada para a polarização social da cidade.

Aquela tendência para a diferenciação manifesta-se não apenas nas distribuições internas à cidade, mas igualmente na comparação desta face às suas periferias, visível na distribuição da actividade económica nos territórios que compõem as periferias metropolitanas. Se atentarmos na implantação mais recente da actividade económica na metrópole de Lisboa utilizando como indicador o número de estabelecimentos, podemos verificar como é clara a tendência para uma territorialização distintiva entre Lisboa e as suas periferias. Muito se tem escrito sobre a “terciarização” da actividade económica ou sobre a importância do crescimento dos serviços nas economias urbanas. Contudo, são escassas, em sociologia, as análises mais pormenorizadas e aprofundadas do que significam esses serviços e de qual o seu contributo para a recomposição do tecido social e urbano das metrópoles. O conhecimento dos sentidos e rumos das mutações da estrutura económica das metrópoles exige a consideração de uma razoável diversidade interna ao sector dos serviços, sendo por outro lado largamente insuficiente a constatação de uma tendência genérica para a diminuição do peso do sector industrial naquelas economias. De resto, sendo sintomática a redução dos contingentes do emprego na indústria, a questão pertinente reside menos na diminuição dos efectivos de trabalhadores industriais e mais nos processos de reestruturação daquele sector e reconversão profissional dos respectivos trabalhadores. Aquela reestruturação exige, não o que se chamou de “terciarização da indústria” — já que o que está em questão não é já a introdução de um sector de gestão e administração empresarial na actividade industrial —, mas sim a sua crescente dependência dos factores tecnológicos, ao nível da comunicação, informação e inovação. Um sector industrial estratégico é, actualmente, aquele que incorpora um elevado nível de informação, conhecimento e inovação tecnológica. É aqui que o processo de quaternarização da economia encontra significado, crescendo por isso um sector de produção de serviços especializados avançados. Também o sector comercial, por sua vez, se reestrutura nas economias urbanas mundiais, nomeadamente nas metrópoles, vendo-se surgir a par de um continuado aumento das grandes super-

fícias comerciais — com tendência crescente para albergarem subunidades de comércio especializado —, pequenas unidades de comércio de produtos especializados de qualidade elevada para segmentos de mercado cada vez mais exigentes e reflexivos nas suas práticas de consumo. Trata-se aqui de um processo de “gentrificação comercial” que vai de par com os processos de gentrificação residencial. Não é apenas da recente implantação de grandes superfícies comerciais polivalentes que estamos a falar, mas sobretudo das lojas de marca transnacional, do vestuário ao *fast-food*, em progressão exponencial, com particularidades próprias nas artérias centrais da cidade.

Mas vejamos, então, os principais traços da reconfiguração da ocupação económica do território da metrópole de Lisboa. Em primeiro lugar, uma observação imediata da distinção de Lisboa face aos seus territórios periféricos, devido a uma diminuição do número de estabelecimentos do sector dos serviços sociais e sobretudo dos serviços pessoais e domésticos, ao invés do que sucede nas periferias norte e sul, onde aqueles sectores evidenciam uma clara tendência de crescimento. Em segundo lugar, um crescimento muito acentuado do número de estabelecimentos do sector da restauração e hotelaria. Este sector ocupa a segunda posição na variação do número de unidades em Lisboa, com mais 818 estabelecimentos em 1993 do que os registados em 1983. Nas periferias ele ocupa a primeira posição, destacada, face aos demais sectores, na variação registada naquele decénio. Na margem sul verificou-se a existência de mais 949 estabelecimentos em 1993, face aos registados em 1983, e nas periferias norte aquele valor eleva-se a 1335. Estes acréscimos ficam a dever-se, sobretudo, ao crescimento muito acentuado do número de restaurantes, bares e serviços de cafetaria. Contudo, também as unidades hoteleiras registaram um crescimento muito significativo na metrópole de Lisboa naquele decénio, crescimento que continuam a registar, nomeadamente no que respeita às cadeias transnacionais. O crescimento do sector do turismo e, sobretudo, uma intensificação da procura de espaços de consumo do sector das “comidas e bebidas”, constitui uma nota de particular relevo na ocupação do território da metrópole, denunciando, claramente, novas formas de apropriação dos espaços urbanos na metrópole e novas formas de consumo e lazer, que têm vindo a marcar a reestruturação das economias urbanas. Não se trata aqui de uma especificidade da metrópole de Lisboa, mas sim de uma tendência global, correlativa do crescimento do sector dos serviços financeiros e dos serviços à produção, na generalidade dos processos daquela reestruturação económica. Trata-se do crescimento, nas economias urbanas, do que Sharon Zukin (1995) apelidou de uma “economia simbólica”. Aqui se deve ler, também, um claro incremento de uma “cultura de consumo” nas sociedades contemporâneas, com formas específicas nos contextos metropolitanos que tendem a aproximar os modelos de vida urbana e fruição dos espaços citadinos, nos mais variados pontos do globo. Estas novas formas de relação com o consumo, o lazer e a respectiva apropriação das cidades nelas implicadas são decisivas da emergência de novos estilos de vida nos espaços metropolitanos, em particular nos espaços centrais das grandes urbes e não independentes de uma nova economia urbana em constituição naqueles espaços (Featherstone, 1991; Rodrigues, 1992).

Em terceiro lugar, importa observar uma distinção clara de Lisboa face às suas periferias no crescimento da ocupação do território pelas actividades estratégicas da nova economia urbana mundial. Os sectores da banca, seguros, operações sobre imóveis, comunicações e serviços prestados às empresas evidenciam um crescimento do número de estabelecimentos em Lisboa claramente superior ao registado nas periferias. Daqui se conclui que, de facto, estes sectores não parecem dispensar, maioritariamente, uma localização preferencial no centro das metrópoles, denunciando assim uma reconcentração e uma reterritorialização de actividades que se destacam pelo carácter estratégico que possuem na nova economia a nível global.

Finalmente, um dado de extrema relevância aponta no sentido de uma clara diferenciação interna daquele sector estratégico que anteriormente referimos, do ponto de vista do emprego, de forma agregada. O sector financeiro, de seguros, imobiliário e serviços às empresas, quando analisado de forma desagregada, permite ainda dar conta de um elemento crucial da reestruturação das economias metropolitanas contemporâneas e da respectiva recomposição da ocupação dos territórios das metrópoles. Ao invés do que é frequente avançar-se sobre aqueles processos, do ponto de vista da ocupação do território não é tanto o sector financeiro o grande responsável pelas novas formas de ocupação económica do território, mas sim o sector dos serviços especializados às empresas. A crescente necessidade de intensificação de conhecimento, informação e investigação daqueles serviços à produção conduz a uma lógica de concorrência empresarial que tende a fazer prevalecer os serviços especializados avançados, promovendo uma clara “quaternarização da cidade”. Estamos assim, no que concerne em particular às artérias centrais da cidade de Lisboa, na presença de uma tendência de “quaternarização”, e não já de um simples processo de “terciarização superior”, onde a banca e o sector financeiro foram vistos como os principais responsáveis pelas mudanças de uso dos solos urbanos centrais.

Não se pretende escamotear, entenda-se, o papel estratégico e de elevado poder económico que o sector financeiro representa nos actuais processos de globalização económica e na sua ocupação, igualmente estratégica, dos espaços metropolitanos centrais. Nomeadamente os seus centros de decisão, ou os seus “quartéis gerais”.⁴ Mas parece também evidente que do ponto de vista dos volumes de unidades empresariais como do emprego criado é sobretudo o sector dos serviços às empresas, e em particular os mais avançados, aquele que de forma mais intensificada procura uma localização central e tende a um crescimento mais acentuado dessa ocupação do território. Aquele sector dos serviços às empresas representa o crescimento incomparavelmente mais elevado do número de estabelecimentos, considerando a totalidade dos sectores de actividade que compõem a estrutura económica da cidade de Lisboa. Entre 1983 e 1993, regista-se um crescimento de 1286 estabelecimentos daquele sector na cidade de Lisboa. O seu aumento nas periferias da metrópole situa-se em 671 unidades nas periferias a norte e em 319 nas periferias da margem sul. O dado mais relevante da reestruturação da actividade económica na cidade de Lisboa, na década de 80 e, sobretudo, já na derradeira década deste século, é o crescimento exponencial daquele sector económico.

O estudo, anteriormente citado sobre os serviços na cidade de Lisboa (Ferrão, e Wolleb, 1995) permitiu concluir pela forte implantação recente na cidade de um

conjunto de actividades estratégicas na nova ordem económica urbana. O que aquela análise permite, igualmente, concluir é a existência de uma fortíssima dinâmica de criação de novas empresas desde 1986, após uma maior inserção da economia de Lisboa nos fluxos centrais da economia mundial. Contrariamente, o período entre 1974 e 1985 foi um período de muito fraca dinâmica do investimento na localização de novas empresas na cidade. Muito inferior, de resto, ao período de 1960 a 1973, considerado igualmente naquele estudo.

O que parece certo é que àquela conjuntura (que vai de 1974/75 a 1985/86) de algum desinvestimento e abandono que anunciava uma nova fase no ciclo de urbanização da cidade — uma fase de desurbanização — se sucedeu, após 1986, uma fase de reurbanização e “retorno à cidade” de estratégias convergentes, em termos políticos, económicos e sociais. Trata-se, no entanto, de uma reurbanização que parece implicar uma “filtragem” dos sectores económicos e sociais, bem como do tipo de projectos urbanísticos e políticas urbanas não isenta da produção de novas formas de segregação social e económica dos espaços citadinos, mas que inclusive parece reforçar e reconfigurar aquela segregação. A reestruturação da economia, em curso na cidade de Lisboa parece evidenciar os sinais claros do seu forte contributo para aquela segregação e polarização socioeconómica e espacial interna à cidade e desta face às suas periferias.

Gentrificação e polarização *versus* fragmentação

Aludimos já, por diversas vezes, à ideia de polarização e de gentrificação da cidade. Por se tratar de questões polémicas no interior das abordagens analíticas da cidade, vamos agora atribuir-lhes alguma atenção, embora necessariamente de forma sintética.

O uso do conceito de gentrificação, tem sido alvo de diversos equívocos. Tanto no sentido de negar a existência do processo — afirmando a sua ocorrência, em exclusivo, em contextos urbanos muito particulares e distantes do que se processaria em outras cidades onde aquele processo não reuniria condições para a sua prossecução —, como no sentido de uma abordagem restritiva, actualmente ultrapassada, da natureza e amplitude do mesmo processo.

Em primeiro lugar, a especificidade contextual diferencial em que os processos de gentrificação ocorrem não anula a sua existência, de facto, na generalidade das cidades centro das metrópoles europeias, norte-americanas e mesmo em outras regiões do Globo. A existência daqueles processos parece depender mais de mutações na ordem económica e urbana das sociedades de capitalismo pós-fordista globalizado do que das especificidades contextuais locais de cada metrópole mundial. A questão não deverá ser a de saber se o processo existe ou não em determinado contexto, mas antes as formas específicas de que ele se reveste em cada contexto particular.

Em segundo lugar, a questão pertinente para a reconfiguração das cidades centrais das metrópoles é menos a relação dos processos de gentrificação com operações limitadas nos centros históricos dessas cidades e mais do seu forte

contributo para a recomposição do tecido social das metrópoles, o qual pode inclusive independe de qualquer reapropriação das zonas históricas de matriz sociocultural e económica identificada com as “classes populares”, e identidades pretensamente mais “localistas” do que cosmopolitas.

Em terceiro lugar, a gentrificação, ao contrário da formulação mais primitiva do conceito, é actualmente analisada não exclusivamente na sua dimensão residencial mas sim numa vertente que implica uma reestruturação das cidades centro das metrópoles a duas velocidades e em diversas dimensões. A questão essencial, no actual quadro de composição complexa do que se pode entender por população urbana, reside menos naquela perspectiva dos primeiros estudos do fenómeno gentrificação e mais numa interpretação da paisagem social urbana das metrópoles, como tendendo progressivamente a albergar, em coexistência, a “cidade bela” e a “cidade vernácula”, para usar as expressões de Sharon Zukin. Aquela paisagem é crescentemente povoada por uma população de residentes, trabalhadores, viajantes, consumidores e migrantes que, cada vez mais, tendem a situar-se em dois extremos. Por um lado, os “profissionais” e a *beautiful people*, da gentrificação residencial e económica (esta última no sentido abordado no ponto anterior). Por outro lado, o “Outro” das heterotopias do tecido social das metrópoles. Um sector social que detém muito fracos recursos, entre os que hoje determinam as desigualdades, inclusão e exclusão social. Referimo-nos aos contingentes das profissões desqualificadas, do desemprego e do subemprego, da economia subterrânea e dos sem-abrigo. Um sector onde pontuam tanto os nacionais como os imigrantes e o que o sociólogo norte-americano Wilson apelidou de subclasses. O que também é novo, nos actuais contextos de globalização, é que locais e cosmopolitas tanto provêm do primeiro quanto do segundo grupo. São estes sectores sociais que progressivamente se apropriam dos espaços residenciais e de consumo dos centros das metrópoles, em coexistência relacional ou espacialmente segregada. Obviamente que estas “etnopaisagens” e “sociopaisagens”, motivando a polarização social urbana, implicam simultaneamente um processo só aparentemente contraditório de fragmentação social.

A polarização tem sido interpretada como um processo que implicaria, em absoluto, a dualização, ou seja, a bipolarização da estrutura social das metrópoles, e das suas cidades centrais em particular, excluindo a possibilidade de em simultâneo ocorrer um processo de fragmentação social. A verdade é que as análises mais recentes da estratificação social das sociedades contemporâneas vêm chamando a atenção para a duplicidade das consequências da globalização e respectiva nova ordem económica e social do “capitalismo desorganizado” pós-fordista. Enquanto o capitalismo organizado impulsionou um crescimento do meio da pirâmide social e uma redução crescente do topo e da base, com origem na massificação da produção e consumo, nas políticas sociais de emprego e protecção e no contrato social entre trabalho e capital; o “capitalismo desorganizado”, implicando a desregulação económica e social, um crescimento da reflexividade na produção e no consumo e a individualização progressiva da inclusão como da exclusão social, tal como referimos já neste texto, implica simultaneamente a fragmentação social e a emergência de novas desigualdades geradoras da polarização social.

Um segundo problema consiste na tentativa de conotação da polarização com uma dimensão parcelar de um processo que é efectivamente pluridimensional. Alguns autores têm rejeitado a hipótese de polarização social das cidades que analisam, com base numa interpretação do processo como decorrendo, exclusivamente, do posicionamento dos indivíduos na estrutura do emprego das respectivas economias urbanas (Hamnett, 1994; Preteceille, 1995). A polarização ocupacional dos grupos profissionais, existindo na maioria das grandes cidades europeias e norte-americanas, não existirá em outras cidades, mas nem por isso o crescimento dos contingentes de excluídos, e em simultâneo dos novos detentores dos recursos estratégicos, parece deixar de se fazer sentir nessas cidades.⁵ A verdade é que os efeitos da globalização e da reestruturação tecnológica e económica dos sistemas produtivos e de consumo parecem estar a deslocar as sedes e os instrumentos produtores das desigualdades, reconfigurando as formas de estruturação social das sociedades industriais, fordistas e de capitalismo organizado, gerando novos lugares e novos factores e mecanismos de produção da desigualdade, inclusão e exclusão. Obviamente que o modo particular como aqueles processos se fazem sentir na reconfiguração social e espacial específicas de cada contexto não depende das especificidades próprias desses contextos, parecendo-nos pouco produtivo e largamente equívoco tentar encontrar em cada contexto mundial a mesma configuração social e espacial observadas em outros contextos substancialmente distintos. A globalização, como vimos, não só não anula especificidades locais, como se entrelaça de modo dialéctico com essas especificidades, gerando constelações sociais e espaciais heterogéneas. Este facto, obviamente, não minimiza, mas antes pressupõe, a existência de traços gerais de tendências similares a nível do Globo.

Em terceiro lugar, a ideia de polarização social dá conta, antes de mais, de uma crescente clivagem entre ricos e pobres. Isso mesmo, estando empiricamente comprovado, não explicita os níveis, ou campos, em que essa crescente desigualdade ocorre e não deveria ser confundido com a ideia de cidade dual que embora, porventura, politicamente “útil”, é analiticamente muito discutível. Por outro lado, a alternativa a um modelo dual, não deveria residir na formulação de modelos que procuram avançar hipóteses mais simplistas, como é o caso da afirmação, em exclusivo, de um continuado crescimento, *tout court*, das classes médias, ou de um processo de crescimento de quatro ou cinco sectores sociais, a *quartered city* (Marcuse, 1989), ou ainda de um mero processo de *professionalisation* (Hamnett, 1994) conotado com uma interpretação mais linear da gentrificação dos centros urbanos.⁶

Considerando apenas a proposta teórica de Saskia Sassen, importa referir que aquela proposta pode ser acusada de ser unidimensional, dada a relevância que a autora confere à macroanálise e à dimensão financeira da globalização, para análise dos seus efeitos de polarização da estrutura socioeconómica das cidades. Mas não é menos verdade que a autora, consciente daquelas limitações, menciona a necessidade de incorporar outras dimensões analíticas (como a emergência de uma cultura global acompanhando a globalização económica) e, desde logo, uma abordagem que faça a negociação da intersecção da macroanálise com a micro-aná-

lise (Sassen, 1994: xiii). Por outro lado, embora o crescimento dos volumes populacionais dos sectores sociais polares seja um facto nas cidades analisadas por Sassen, a questão relevante, na sua teoria, é antes o papel estratégico desempenhado por aqueles sectores na nova ordem económica, social e urbana em constituição a nível mundial. Muito embora aquele papel estratégico esteja a imprimir velocidade ao crescimento quantitativo, tendencial, daqueles sectores, a verdade é que eles são tipos metafóricos, antes de mais, ideais-tipos de um modelo teórico.

Que os actuais processos de reestruturação económica e urbana parecem tender menos para o crescimento das “classes médias” do que para o seu afastamento do centro das metrópoles é o que procuraremos ilustrar mais adiante. A alternativa da afirmação da persistência e crescimento de quatro ou cinco sectores sociais reside na confusão do que são processos tendenciais para a polarização social — e crescimento do seu carácter intrínseco a uma nova ordem económica urbana — com uma qualquer dualização da cidade, em absoluto, que exclui qualquer possibilidade da existência, de facto, de um amplo sector social intermédio, profundamente fragmentado e com tendência para o seu afastamento do centro das metrópoles e a distribuição dos seus subsectores pelos pólos extremos da hierarquia social urbana. Aqueles dois pólos sociais extremos são, eles próprios, internamente diversificados e fragmentados, tal como o sector social entre eles posicionado. Desde logo, ao nível das identidades e de estilos de vida. Isso porém não anula o seu carácter polar e polarizador das actuais dinâmicas sociais, económicas e urbanas, emergentes da reestruturação económica e territorial dos processos de globalização. Por outro lado, a hipótese de “profissionalização” da estrutura ocupacional urbana, sendo verdadeira, apenas recobre uma parcela da realidade dos actuais processos de reestruturação económica e urbana a nível mundial. Procurámos já demonstrar isso mesmo no caso dos processos actuais de reestruturação da economia urbana de Lisboa. Vejamos agora as reconfigurações sociais e territoriais que parecem estar a resultar da conjugação daqueles processos com os movimentos de mobilidade residencial presentes naquela metrópole.

Reconfigurações sociais e gentrificação residencial em Lisboa

Recordemos o que mencionámos antes a propósito das teses de desurbanização e desvitalização social e económica da cidade de Lisboa, sustentadas numa análise conjuntural e que aponta os saldos migratórios deficitários da cidade face às suas periferias, como se de um indicador bastante se tratasse. Dizíamos, então, que a questão pertinente para análise desses processos reside menos no *quantum* dos saldos migratórios e mais nas recomposições sociais resultantes da conjugação dos movimentos de mobilidade residencial rumo às periferias com os movimentos de sentido inverso. É o que procuraremos ilustrar adiante.

Como se sabe, o tecido social da cidade de Lisboa detém uma composição que o diferencia claramente dos demais contextos territoriais do País. A importância que os efeitos da “capitalidade” tiveram ao longo da história do País, produziu uma concentração de riqueza e, necessariamente também, ou uma proporção dos

sectores sociais melhor posicionados do ponto de vista dos recursos económicos, sociais, culturais e políticos mais elevada do que no resto do território nacional. Sucede que a esse trajecto ao longo da História se vem juntar após 1986 um melhor posicionamento face aos processos de globalização da economia e da cultura, como vimos. Isso mesmo se reflecte na composição do tecido social da cidade e da sua metrópole. A tendência para o crescimento mais acentuado, face aos demais contextos do País, de uma população com qualificações elevadas e, como tal, com melhores recursos potenciais na cidade pode facilmente ser comprovada pelo peso proporcional de profissionais com escolarização graduada e pela importância percentual do grupo profissional dos especialistas qualificados (profissões intelectuais, científicas e técnicas). A percentagem de profissionais com qualificação superior residentes em Lisboa cresce de 14%, em 1981, para 22%, em 1991.⁷ Nas periferias norte aquela proporção é de 10% em 1981 e 15%, em 1991. Nas periferias sul, apenas 4% em 1981 e 8% em 1991. Quanto à importância proporcional dos especialistas qualificados, enquanto a nível nacional aqueles valores passam de 7,9% para 11,7%,⁸ em Lisboa verificou-se um crescimento de 15%, em 1981, para 27%, em 1991. Nas periferias norte e sul aquele crescimento foi de 10% para 19% a norte e de 6% para 15% a sul.

A cidade de Lisboa distancia-se na posição que ocupa naqueles indicadores não só face à média do País como em relação às suas periferias metropolitanas. Mais significativo, ainda, é o facto daquela assimetria possuir uma tendência evidente para se acentuar, sobretudo se atendermos ao continuado crescimento da mobilidade residencial daqueles sectores mais qualificados das periferias para o centro da metrópole, como veremos adiante. Mas a recomposição social diferenciada entre o centro da metrópole e as suas periferias e demais contextos territoriais do País, não se fica por aqui. Há ainda uma clara tendência para a polarização de ocupações profissionais na cidade de Lisboa sem contraponto nas suas periferias, em consonância, de resto, com o que vimos antes quanto à ocupação económica daqueles territórios. Lisboa apresenta uma estrutura profissional da sua população residente com uma tendência para a polarização, por um lado, no grupo profissional dos especialistas qualificados (nomeadamente por via de um peso muito elevado, por comparação com as médias das periferias, das profissões intelectuais e científicas) e, por outro lado, nos empregados do comércio e serviços pessoais (onde pontuam as profissões de baixas qualificações, de precariedade laboral e reduzidas remunerações, como é o caso dos empregados de restauração, balconistas, vendedores, feirantes, pessoal dos serviços de protecção e segurança, portaria, empregadas domésticas, etc.). A proporção de empregados administrativos diminui mais em Lisboa do que nas suas periferias metropolitanas, e os trabalhadores das indústrias e transportes detêm já um peso muito reduzido em Lisboa (19%, em 1991), enquanto nas periferias continuam a deter uma importância significativa (29% a norte e 36% a sul), apesar da elevada “desindustrialização do emprego” que se fez sentir na metrópole de Lisboa na década de 80.

Como se sabe, a utilização de uma escala territorialmente tão vasta como a que utilizámos até ao momento oculta situações muito díspares e contraditórias no interior daqueles territórios. No seio das periferias metropolitanas como no

interior da cidade de Lisboa existem, de facto, territórios social e espacialmente muito diferenciados. Acresce que nos limitamos a recorrer a unidades de análise coincidentes com divisões administrativas, na impossibilidade prática de recurso a delimitações mais substantivas do ponto de vista socioeconómico e territorial, necessariamente transversais às delimitações administrativas. Pretendeu-se, no entanto, apenas ilustrar como a metrópole apresenta uma dinâmica funcional e socialmente específica, onde a cidade de Lisboa preserva e reforça um papel de concentração funcional, económica e social. Agora, crescentemente, com base em processos de tendência polarizada, na sequência da reestruturação e reterritorialização do tecido económico e social da metrópole. Se olharmos para o interior da cidade de Lisboa, o que se evidencia é o carácter espacialmente segregado daquela concentração de estratos sociais, os quais tendem não apenas a uma elevada concentração na cidade como no interior desta, num eixo urbanístico central que vai da Lapa e São Mamede, passando por São Sebastião da Pedreira, N.^a Sra. de Fátima, até São João de Deus, Alvalade e São João de Brito, terminando de forma bifurcada para São Domingos de Benfica e Lumiar. A esta grande mancha urbanística acresce São Francisco Xavier, representando um “enclave” no extremo ocidental da cidade, com uma zona de muito elevado estatuto urbanístico e social desde há muito consolidada como tal, mas que vem intensificando aquele estatuto com uma renovada densificação urbana e populacional. Num pólo oposto, encontramos uma parte do centro histórico da cidade, Marvila, a oriente, e Charneca, a norte. Ilustrando, muito sumariamente, o que queremos dizer, consideremos a importância percentual da população com qualificação académica superior que a nível nacional atinge, como se sabe, menos de 4%, e na totalidade do território da metrópole não ultrapassa os 6%. No interior daquele eixo urbanístico, apresenta valores que se situam entre os 21% do Lumiar e os 34% da população que reside em S. Francisco Xavier. Por outro lado, na Charneca (1,4%) e em Marvila (2,6%), o grupo dos indivíduos com escolaridade graduada é claramente residual. Em parte do centro histórico da cidade não ultrapassa os 6% da respectiva população. Tal é o caso do Castelo, São Miguel e Sto. Estevão, em Alfama, São Cristóvão/São Lourenço e Socorro, na Mouraria, e Sta. Justa, na Baixa. Se considerarmos o peso percentual da população activa pertencente ao grupo dos especialistas altamente qualificados (os profissionais intelectuais e científicos), voltamos a encontrar valores que se distanciam claramente das médias nacionais e do restante território da metrópole naquele eixo urbanístico central (entre os 23% e os 30%) e no enclave de S. Francisco Xavier (36%). De igual modo, na Charneca (1%), em Marvila (2%) e, no centro histórico, Castelo (3%), Madalena e Sta. Justa (5%), os S. Miguel e Socorro (4%), constituem o pólo oposto da territorialização dos estratos sociais na cidade de Lisboa.

Os movimentos de mobilidade residencial presentes no território da metrópole após 1986 indiciam tendências claras no sentido do reforço daquelas polarizações espaciais. Não deixam, no entanto, de evidenciar, igualmente, sinais de uma reconfiguração da territorialização do tecido social da metrópole e, em particular, da cidade, que apontam no sentido de processos de gentrificação residencial, em sintonia com os processos de gentrificação económica anteriormente referidos. O

contingente populacional que em 1991 residia nas periferias metropolitanas e em 1985 habitava na cidade de Lisboa é de 66.300 indivíduos, dos quais a esmagadora maioria se viria a concentrar em apenas oito aglomerados urbanos das periferias (Loures, Sintra, Amadora, Oeiras, Seixal, Cascais, Almada e Vila Franca de Xira). Este movimento não deixa, no entanto, de possuir contraponto em movimentos de sentido inverso, embora quantitativamente inferiores. Em 1991 residiam em Lisboa 16.298 indivíduos que em 1985 habitavam as periferias da metrópole, 13.740 que residiam antes no restante território nacional e 8.033 com proveniência noutros países. Os principais aglomerados periféricos de origem dos novos residentes da cidade são apenas seis (Loures, Oeiras, Amadora, Sintra, Cascais e Almada). O que julgamos interessante nos nossos dados é, no entanto, a composição social daqueles movimentos e o destino que, em função dessa composição, eles tomam no interior da metrópole. Em primeiro lugar, a estrutura etária dos que rumaram à cidade é claramente mais jovem quando comparada com a composição etária do contingente que tomou as periferias como novo espaço residencial. No escalão etário dos 15 aos 24 anos, aquela superioridade manifesta-se, inclusive, em termos absolutos, denunciando a forte capacidade de atracção que a cidade centro da metrópole continua a exercer sobre aquele escalão etário. O envelhecimento da estrutura etária da cidade, sendo um facto, parece possuir a sua origem em outros factores, e a sua análise deveria, por outro lado, considerar a diversidade interna à cidade, uma vez que alguns espaços residenciais da mesma, de volumes populacionais muito significativos e em crescimento, apresentam uma estrutura etária muito jovem. Em segundo lugar, e mais significativo, nos contingentes dos novos residentes da cidade de Lisboa, a importância percentual de elevadas qualificações é claramente superior quando comparada com as referentes à população que saiu da cidade rumo às periferias. Para que se tenha uma ideia do que estamos a falar, enquanto na população que rumou às periferias entre 1986 e 1991 os detentores de qualificação escolar superior não ultrapassam os 15%, nos que passaram a residir na cidade centro da metrópole aquela percentagem é de 29%. Isto quer dizer que entre os que provêm das periferias aquele valor atinge os 26%, no contingente dos originários do resto do País, 30%, e na população com proveniência noutros países 32% possui um grau de ensino superior. Os nossos dados revelam ainda que apenas os aglomerados de Oeiras e Cascais se aproximam, embora com uma importância inferior, da cidade de Lisboa, na capacidade de atracção de novos residentes com elevadas qualificações. Esse é particularmente o caso dos efectivos com origem em outros países. Uma nota de particular relevo nos merece a importância desse contingente nos movimentos de mobilidade residencial. Os nossos dados permitem-nos, também, concluir pela importância quantitativa de imigrantes presentes nesse contingente, denunciando a capacidade da metrópole de atracção desses fluxos de migrações internacionais após 1986, como anteriormente mencionámos. Sucede que a sua distribuição pelos espaços residenciais da metrópole evidencia, uma vez mais, uma desigual territorialização.

Vejam, então, a fixação residencial, em particular no interior da cidade de Lisboa, não exclusivamente das migrações internacionais mas da totalidade dos movimentos de mobilidade residencial para a cidade. Sem prejuízo de outras

conclusões, a desenvolver em outro momento, pretendemos destacar aqui dois pontos. Em primeiro lugar, a existência de quatro modalidades distintas de reapropriação residencial da cidade por uma população de estatuto socioeconómico elevado presentes nos fluxos de mobilidade residencial para Lisboa. A primeira modalidade consiste na intensificação da ocupação de algumas zonas de urbanização historicamente recente, consolidando nos anos 80 e 90 uma apropriação previamente existente pelos estratos sociais médios/altos, ou mesmo elevados, mas em alguns casos implicando também um processo de filtragem social daqueles espaços, que poderemos designar por uma “gentrificação periférica”. Estas zonas constituem-se, em termos absolutos, como as principais zonas de atracção dos quantitativos mais volumosos de efectivos migratórios de estatuto social elevado oriundos das periferias, devido à conjugação das condições urbanísticas e de estatuto residencial que oferecem, com a disponibilidade de solos para urbanização e extensão do seu mercado de habitação. Nesta situação se incluem S. Francisco Xavier (41,5% dos novos residentes com origem fora da cidade possuem qualificação escolar superior), Lumiar (38,8%) e S. Domingos de Benfica (36,8%). Uma segunda modalidade toma o eixo central que antes referimos como destino, reforçando aquele posicionamento da zona em causa, quer por via da ocupação de alojamentos em edifícios antigos de elevado estatuto urbanístico e residencial, quer por via da renovação pontual dessas zonas com a demolição dos edifícios antigos e a construção de novas edificações em seu lugar, em regra sem excepção, habitação de elevados custos e qualidade habitacional. Tal é o caso de Alvalade (onde 43,3% dos que ali chegam com origem nas periferias possuem um nível de formação académica superior), N.ª Sra. de Fátima (40,4%), São Sebastião da Pedreira (39,2%), São João de Deus (39,1%), Lapa (36%) e S. Mamede (35,7%). Uma terceira modalidade toma como destino algumas zonas centrais antigas, embora exteriores aos bairros históricos, mas inversamente mais próxima tanto espacialmente como do ponto de vista da qualidade urbanística e do estatuto social da mancha urbana central anteriormente referida. Trata-se de um processo que tende a funcionar como mecanismo compensador para um sector social que procura o centro da cidade, da ausência de condições urbanísticas e de meio social exigíveis por um estrato social que, valorizando a centralidade urbana, valoriza igualmente um estatuto residencial e urbanístico escasso nos bairros históricos da cidade. Esta modalidade, pela reapropriação dos espaços nela implicados, imediatamente contíguos à mancha territorial acima referida, tende a fazer alastrar o estatuto elevado daquela mancha a algumas das áreas contíguas. Também nesta zona a ocupação por novos residentes se parece processar tanto pela via da ocupação de alojamentos antigos como pela via dos novos edifícios de habitação de elevado estatuto que aí se tem construído nas duas últimas décadas. Nela se incluem Sto. Condestável e Sta. Isabel, Coração de Jesus e Arroios. A procura elevada destas zonas por parte daqueles estratos sociais parece representar não só um efeito de alastramento da condição urbana daquela mancha central privilegiada, como também um mecanismo alternativo, com vantagens comparativas, a uma localização na zona histórica central. Trata-se assim, de algum modo, também, de um processo de gentrificação que, não sendo levado à prática nas zonas históricas, como se entende

na acepção primitiva daquele processo, representa a viabilidade possível do mesmo em Lisboa, onde a zona histórica tradicional é escassa na oferta de algumas condições exigidas por aquele estrato social, tal como já referimos antes.

As melhores condições urbanísticas e a qualidade residencial destas zonas, aliada à possibilidade de renovação urbana fora da zona histórica, parecem, assim, fomentar mecanismos propulsores da gentrificação fora da malha histórica, entendida no seu sentido mais restrito. De resto, uma análise do crescimento da construção nova na cidade na década de 80 parece demonstrar que além de outros mecanismos accionados crescentemente, como o programa Recria — que financia obras de reabilitação do edificado habitacional e que possui fora da zona histórica tradicional maior viabilidade —, e da reabilitação financiada privadamente pelos novos proprietários, também a renovação urbana propiciada pela capacidade de demolição de edifícios antigos naquelas zonas está a motivar a gentrificação da mesma. Edifícios de elevados custos e qualidade residencial, por vezes na forma de “condomínio fechado”, ou também denominados “parques residenciais”, têm vindo a surgir crescentemente na cidade, motivando mecanismos de gentrificação que dispensam uma localização residencial na malha histórica central, com vantagens ao nível da qualidade residencial, das facilidades de acessibilidade e do meio social envolvente. Finalmente, uma modalidade que consiste numa importância quantitativa inferior à registada nas modalidades anteriores dos contingentes de novos residentes de estratos sociais elevados, mas que se tipifica pela importância qualitativa da “novidade” relativa de uma população de estratos sociais elevados nessas zonas. Trata-se de algumas áreas da zona histórica onde, apesar do peso menos significativo da entrada de novos residentes daqueles estratos sociais, se registam os *índices mais elevados de crescimento daqueles estratos por motivos de mobilidade com origem nas periferias da cidade*. Os valores, destacadamente mais elevados, para aquele índice, são os seguintes: no Bairro Alto, Sacramento (53,2%); em Alfama, São Miguel (42,1%) e Sto. Estevão (26,6%); o Castelo (37,5%), e a Sé (28,3%); na Mouraria, São Cristóvão/São Lourenço (25%); na Baixa, São Nicolau (30,3%) e Sta. Justa (27,1%); e ainda a freguesia de São José (22,8%), no prolongamento da Baixa e da Mouraria. Estamos, neste caso, na presença de processos de gentrificação, no sentido que primeiramente foi dado a estes processos, muito embora, no contexto concreto dos bairros históricos lisboetas, não se trate, pelo menos por agora, de uma gentrificação quantitativamente importante, por razões que se prendem com uma política urbana e uma ausência de condições urbanísticas e residenciais que tendem a minimizar, ou pelo menos a adiar, uma maior intensificação da procura residencial daquelas zonas por estratos sociais elevados. O caso do Lumiar (registando o valor de 21,5% para aquele índice) surge como uma situação singular. Possuindo as características urbanísticas de uma zona recentemente urbanizada, e portanto espacialmente periférica na cidade, revela sinais claros de um processo de gentrificação, que se traduz não apenas na forma de uma procura pelos estratos sociais elevados, como já tivemos oportunidade de referir, mas denotando, em acréscimo, um processo de algum crescimento desses estratos face à composição social anterior. Existem assim, igualmente, sinais de uma reapropriação por aqueles estratos de uma zona da cidade onde o peso

proporcional dos mesmos, sendo já elevado, não atingia ainda a importância que passa a deter com a chegada de novos residentes após meados da década de 80. Tal como sucede em outras zonas da cidade, a gentrificação processa-se através de enclaves residenciais embora mais extensos em densidade construtiva e volumes populacionais do que acontece necessariamente em zonas onde a possibilidade de oferta de habitação de qualidade se restringe à reabilitação, ou renovação, pontual de alguns edifícios. Por outro lado, ela parece ser aqui protagonizada, maioritariamente, por projectos pessoais, estratégias, identidades e estilos de vida dissemelhantes dos que ocorrem com a modalidade detectada nos bairros históricos. Eis uma outra conclusão dos nossos dados a desenvolver noutro momento.

O nosso segundo ponto pretende, de forma muito breve, argumentar que a existência de um reforço dos estratos sociais elevados em algumas zonas da cidade, ou o início do seu crescimento em zonas onde antes possuíam um relevo menor, não deverá iludir a realidade da permanência de determinadas zonas que continuam a concentrar as condições urbanísticas e sociais mais desqualificadas da cidade. Os movimentos de mobilidade residencial para a cidade parecem reflectir também essa realidade, dando conta de zonas onde o crescimento dos sectores sociais elevados, por via dessa mobilidade, é muito baixo ou mesmo residual. Acresce que a incapacidade dos estratos sociais maioritários naquelas zonas, mais ou menos degradadas da cidade, para encetarem projectos de mobilidade residencial, aliada ao facto de muitas dessas zonas constituírem terreno fértil para a prossecução dos seus estilos de vida, conduz ao crescente avolumar aí desses estratos sociais. É o caso de uma boa parte da zona histórica, de Campolide, Olivais, Marvila e Charneca. Sem dúvida que algumas destas zonas possuem no seu interior áreas particulares, restritas e pontuais de renovação e requalificação urbana e social, porém, manifestamente insuficientes e claramente incrustadas num tecido sociourbanístico que evidencia um pólo da composição socioeconómica da cidade, onde predominam os estratos inferiores da hierarquia social.

Conclusão

Permita-se-nos, para concluir, que recordemos o nosso ponto de partida. Avançamos, então, a hipótese que sustentava que os processos de mudança em curso no mundo contemporâneo, confluindo no que se tem designado por globalização, produzem como efeito, entre outros, uma reterritorialização da economia e da cultura onde as metrópoles mundiais, ou pelo menos algumas delas, reemergem como territórios estratégicos e locais por excelência onde a globalização se produz e se exprime nas configurações sociais e económicas que gera. Procurámos ilustrar isso mesmo em dois planos. A reestruturação da economia urbana da metrópole de Lisboa e reconfiguração da ocupação económica do seu território. A constelação do tecido social daquele contexto territorial e a sua composição e recomposições, nomeadamente, as resultantes de um “retorno à cidade”, presente nos fluxos de mobilidade residencial. Demos conta do carácter polarizado, em termos socioeconómicos e segregado, em termos socioespaciais, daqueles processos. Não esgotá-

mos, temos disso consciência, as dimensões e facetas em que se exprimem as consequências da globalização e os referidos processos de reterritorialização nela implicados.

Em primeiro lugar, devemos deixar claro que o quadro de segregação socioespacial da cidade que aqui apenas esboçámos nos seus traços gerais não inviabiliza uma leitura mais fina da vida urbana da cidade e das profundas mudanças que vem sofrendo. É claro que nos interstícios daqueles espaços segregados ocorrem coexistências fortes de diversas socioesferas, com estilos de vida e redes de relacionamentos que se cruzam nas mesmas paisagens sociais e étnicas locais, mas que muito dificilmente deixam de implicar também uma segregação relacional. As zonas centrais antigas, e entre elas os “bairros históricos” de Lisboa, são hoje inelutavelmente atravessadas pelas culturas globais e por elas afectadas de forma indelével. A mobilidade e o cosmopolitismo penetram pela presença de estilos e culturas diametralmente opostos às tradições identitárias desses contextos localizados, “abanando” em definitivo aquelas tradições culturais, remetendo-as para um aparente ostracismo, mas inevitavelmente, a prazo, para a sua reconfiguração. Por outro lado, a população que abandona essas e outras zonas da cidade rumando às periferias suburbanas é uma população com alguma capacidade de mobilidade e recursos para o efeito (as “classes médias”), ficando, isso sim, cada vez mais um sector social de muito fracos recursos e poder, o que vem alargar espaço para a penetração da gentrificação, frequentemente pela porta subterrânea do mercado de habitação. As políticas locais muito dificilmente conseguirão controlar, a prazo, aqueles processos e sobre eles actuar. A presença de imigrantes africanos (não só dos de língua portuguesa), asiáticos e sul-americanos, mas também europeus, volátil, mas persistente, de artistas, intelectuais e executivos empresariais, de novo tipo, está a imprimir um processo de destradicionalização (Beck, Giddens e Lash: 1994) dos bairros históricos e da cidade no seu todo. A textura social de uma cidade como Lisboa adquire, assim, recentemente, uma complexidade que desconhecia 10 anos antes, em boa parte dificilmente cognoscível a partir dos instrumentos conceptuais e metodológicos de que as ciências sociais dispõem no momento presente.

Em segundo lugar, a cultura e a ciência da modernidade e a sua racionalidade ocidental são, na sua essência, cartesianas e holísticas, quando a realidade empírica, e a da época actual, por maioria de razão, se caracteriza pela duplicidade (ou multiplicidade?), e até contradição, dos efeitos da mudança social, pela sua natureza crescentemente fragmentária, contingente e fortemente indeterminada. Dois bons exemplos do que acabamos de referir, de resto, correlacionados, são a crescente componente subterrânea das economias urbanas e os mecanismos geradores das desigualdades e estratificação num mundo globalizado. Vejamos o que queremos dizer. Em coexistência espacial com a paisagem esteticizada, qualificada ou requalificada, “gentrificada” e de elevado estatuto socioeconómico e urbanístico, do centro ou da periferia interna da cidade de Lisboa, encontramos espaços desqualificados, de baixo estatuto social e urbanístico, da paisagem vernácula da cidade. Nesta “parte da cidade” pontua o crescimento de uma economia urbana que não aparece nas estatísticas e que não é possível, de todo, conhecer com rigor

científico. Mas não é apenas a sua economia que é, pelo menos parcialmente, incognoscível. O que aqueles espaços revelam, constituindo uma espécie de “estrutura social à parte” mas integrada na cidade, é a existência de estilos e lógicas de vida que evidenciam uma complexidade contraditória com a forma como a sociologia tem abordado as questões da desigualdade, inclusão e exclusão social. A “sociedade oculta” aí presente, podemos pressenti-la, mas muito dificilmente nela penetrar. Por outro lado, o que sabemos do pouco que dessa realidade permite conhecimento e do que vamos captando dos aspectos cognoscíveis de uma era em que mal começámos a entrar é que as desigualdades socioeconómicas não só persistem como tendem a acentuar-se. Contudo, os mecanismos que as geram descoincidem significativamente da aptidão dos instrumentos de que a sociologia dispõe, actualmente, para os compreender e explicar. Este facto, longe de constituir o “fim da sociologia”, constitui antes um novo e importante desafio que tomamos a ousadia de sugerir, enunciando duas propostas de desenvolvimento analítico e reflexivo.

A primeira proposta consiste em admitir, a par de diversos autores, que a sociologia, em boa verdade, apenas está preparada para uma conceptualização de processos, fenómenos e formas de estruturação das sociedades enquanto sociedades nacionais. Os aparelhos conceptuais existentes são, na realidade, modelos de análise de uma sociologia dos estados-nação. As dificuldades que a sociologia tem demonstrado para lidar com as novas realidades emergentes da globalização possuem aí a sua fundação. Ora, sucede que as novas formas de desigualdade e estratificação decorrem, não da estrutura social (por definição nacional) do capitalismo industrial, que se organizou na base do moderno estado-nação, mas sim das estruturas da informação e comunicação (por definição globais) de um capitalismo transnacional. Os primeiros recursos, desigualmente distribuídos pelos indivíduos, são o tempo e o espaço, e estes decorrem da sua diferencial capacidade de mobilidade, a todas as escalas, incluindo a planetária. O acesso aos meios paradigmáticos da mobilidade na era global é decisivo do uso e controlo do tempo e do espaço, mas também do volume e adequação de recursos como a informação, a comunicação e o conhecimento. As novas “posições de classe”, as novas diferenciações sociais e urbanas e os estilos de vida que exprimem resultam, cada vez mais, da distribuição desigual dos recursos e poder que entrelaçam formas de estratificação do espaço-tempo com as estruturas da comunicação e informação. Um trabalho de reconceptualização se torna necessário para ultrapassar explicações espúrias, em que continuamos a usar velhos conceitos para entender novas realidades.

A segunda proposta decorre de alguns aspectos da primeira e consiste em questionar a pertinência dos modelos centro-periferia, incluindo os que dão conta de múltiplos centros e periferias, como refere Appadurai (1990). As teorias da globalização sugerem perspectivas que, a diversos níveis, questionam seriamente aqueles modelos, como vimos ao longo deste artigo. Sakia Sassen (1994) sugere, a este propósito, a necessidade de uma “nova geografia mundial”, ou mais genericamente uma “nova geografia dos centros e margens”, já que os efeitos da globalização (e da reestruturação económica e espacial) têm vindo a implicar o que,

embora impropriamente, se designou por “terceiro mundo interior”, ou “periferização do centro”. A verdade é que vemos surgir constelações sociais próprias do que consideraríamos “centro”, em regiões mundiais e em países “da periferia” e vice-versa. A nível mundial, o caso português é, deste ponto de vista, paradigmático do que seria simultaneamente central e periférico, mas também tanto semi-periférico quanto semicentral.⁹ Mas consideremos a metrópole de Lisboa. Usámos ao longo deste texto a dicotomia centro-periferias, mas pensamos ter deixado claro, também, que além da dimensão geográfica, o seu valor heurístico deve ser relativizado, na justa medida em que o que tipifica a nova ordem urbana é o seu carácter simultaneamente polarizado e fragmentado, o que faz da paisagem urbana globalizada de Lisboa uma paisagem caleidoscópica e policultural. Bons exemplos disso estarão, certamente, no futuro da cidade, por exemplo, na contingência das novas constelações socioespaciais que resultarão de duas novas “pequenas cidades” no seu interior. A urbanização da Expo (25 mil habitantes), numa “nova centralidade”, circundada por uma das zonas mais “periféricas” da cidade. A urbanização do Alto do Lumiar (50 mil habitantes), que por se pretender ser outra “nova centralidade” na periferia até foi apelidada, no *marketing*, de “Alta da cidade”, por contraponto (ou homologia?) à Baixa da cidade, propondo-se fazer coexistir em parcelas comuns de sociopaisagens divergentes, as socioesferas de uma “gentrificação periférica” de elevado estatuto com as de uma habitação social “recentralizada”.

Notas

- 1 O presente artigo insere-se na dissertação de doutoramento em Sociologia pelo ISCTE, em preparação. A pesquisa realizada foi possível graças à aprovação de um projecto que o autor apresentou em 1995 à ex-JNICT, actual Fundação para a Ciência e a Tecnologia, e que decorreu entre 1996 e 1998 no âmbito do CET/UNICS do ISCTE — Projecto “Retorno à cidade e novos estilos de vida: dinâmicas urbanas, recomposições sociais e apropriação da cidade de Lisboa”. A equipa de investigação incluiu ainda as sociólogas Teresa Amor e Ana Cotrim Pires (bolseira da FCT no projecto). Reflexões que precederam a que aqui se apresenta encontram-se em: Rodrigues, Walter (no prelo). E, enquanto membro da equipa de outro projecto de investigação, encontram-se no livro: AAVV (1997). Veja-se, em particular, o capítulo 2 da primeira parte, nomeadamente: Introdução, parágrafos 1 a 5, inclusive; ponto 1, parágrafos 2, 8, 9 e 11 a 15, inclusive; e o capítulo 2, segunda parte. Ainda no âmbito daquele projecto pode consultar-se o texto: Rodrigues, Walter (1995). Os significados do conceito de gentrificação podem encontrar-se em: Smith, N. e Williams, P. (orgs.) (1986), e a sua utilização em português em: Rodrigues, W. (1990, 1992a, 1992b, 1993).
- 2 Utilizamos aqui esta ideia no sentido que lhe foi atribuído por Sassen (1994) e Harvey (1996: 412). Noutros contextos analíticos, encontramos-la, também, em B. S. Santos (1994) e A. S. Silva (1994).
- 3 A pesquisa utilizou os coeficientes de localização correntes nas análises da ciência económica. Considerou-se menos interessante o seu uso neste contexto

de divulgação de resultados. As fontes da informação estatística por nós trabalhada são os Censos 81 e 91 do INE e os Quadros de Pessoal do DE do Ministério do Trabalho.

- 4 Os actuais sistemas de financiamento da produção e do consumo estão a transformar indelevelmente a economia e os estilos de vida. O crédito ao consumo, nomeadamente, está a influenciar decisivamente as mutações de estilos de vida, com efeitos sociais alargados amplamente por estudar.
- 5 Um dos argumentos usados contra as teses da polarização é o facto de aquela noção ser originária das análises das cidades norte-americanas, tratando-se assim de um processo próprio do modelo de urbanização, de economia e de sociedade existente nos EUA. Os estudos sobre a pobreza nas cidades europeias e as formas e montantes da sua evolução nos últimos anos parecem questionar seriamente aquela ideia. Veja-se, entre outros, o caso da cidade de Hamburgo, num país com uma economia onde o sector industrial continua a deter uma importância crucial, tanto pelo peso quantitativo como pela importância estratégica. Em todo o caso, a polarização social parece estar a ocorrer, também, nas cidades alemãs. Dangschat, J. S., (1994).
- 6 A ideia de “profissionalização” da estrutura ocupacional das economias urbanas defende que o sector profissional dos especialistas qualificados e gestores e directores empresariais detém um crescimento incomparável face aos demais sectores, em algumas cidades europeias.
- 7 A informação estatística que trabalhamos, utilizada neste ponto, provém dos Censos 81 e 91 do INE. Nas agregações e reconversões efectuadas para os grupos profissionais, recorreremos ao texto: Lima, P., A. P. Dores. e A. Firmino da Costa (1991).
- 8 Recorremos aos elementos empíricos, de nível nacional, contidos em: Ferreira de Almeida, J., A. Firmino da Costa e F. L. Machado (1993).
- 9 Um bom exemplo é o do posicionamento de Portugal nos fluxos migratórios internacionais, na proposta de R. P. Pires (1990) para esta discussão.

Referências bibliográficas

- AA.VV. (1997), *Lisboa, a Metrópole e o Rio*, Lisboa, Editora Bizâncio.
- Albrow, M. (1996), *The Global Age*, Cambridge, Polity Press.
- Almeida, J. Ferreira de; Firmino da Costa, A. e Machado, F. L. (1994), “Recomposição sócio-profissional e novos protagonismos”, in: Reis, António, (org.), *Portugal, 20 anos de Democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Appadurai, A. (1990), “Disjuncture and difference in the global cultural economy”, *Theory, Culture & Society*, 7 (2-3), pp. 295-310.
- Ascher, François, (1995), *Métapolis ou L’Avenir des Villes*, Paris, Editions Odile Jacob.
- Beck, U. (1986/1992), *Risk Society — Towards a New Modernity*, Londres, Sage.
- Beck, U.; Giddens, A. e Lash, S. (1994), *Reflexive Modernization*, Oxford, Polity Press.
- Castells, M. (1994), “European cities, the informational society and the global economy”, *New Left Review*, 204, pp. 18-32.

- Dangschat, Jens S., (1994), "Concentration of poverty in the landscapes of 'boomtown' Hamburg: the creation of a new underclass?", *Urban Studies*, 31 (7), pp. 1133-1147.
- Featherstone, M. (1990), "Global culture: an introduction", *Theory, Culture & Society*, 7 (2-3), pp. 1-14.
- Featherstone, M. (1991), *Consumer Culture and Postmodernism*, Londres, Sage.
- Ferrão, João.; Wolleb, Enrico (coord.) (1995), *Estudo das Actividades Terciárias de Lisboa — Plano Director Municipal*: Lisboa, CML.
- Giddens, A. (1990), *The Consequences of Modernity*, Cambridge, Polity Press.
- Giddens, A. (1991), *Modernity and Self-Identity*, Cambridge, Polity Press.
- Giddens, A. (1994), *Beyond Left and Right*, Cambridge, Polity Press.
- Guerra, Isabel (1991), *Changements Urbains et Modes de Vie dans la Peninsule de Setúbal — (1974-1986)*, Tese de Doutoramento, Tours, Université François Rabelais.
- Hamnett, C., (1994), "Social polarization in global cities: theory and evidence", *Urban Studies*, 31 (3), pp. 401-424.
- Hall, S.; Held, D. e McGrew, A., (orgs.) (1992), *Modernity and its Futures*, Cambridge, Polity Press.
- Harvey, D. (1989), *The Condition of Postmodernity*, Oxford, Blackwell.
- Harvey, D. (1996), *Justice, Nature and the Geography of Difference*, Oxford: Blackwell
- Lash, S., e Urry, J. (1987), *The End of Organized Capitalism*, Cambridge, Polity Press.
- Lash, S., e Urry, J. (1994), *Economies of Signs and Space*, Londres, Sage.
- Lima, P., Dores, A. P., e Firmino da Costa, A. (1991), "Classificações de profissões nos Censos 91", *Sociologia — Problemas e Práticas*, 10, pp. 43-66.
- Marcuse, P.; (1989), " 'Dual city': a muddy metaphor for a quartered city", *International Journal of Urban and Regional Research*, 13 (4), pp. 697-708.
- Matias Ferreira, V. (1987), *A Cidade de Lisboa: De Capital do Império a Centro da Metrópole*, Lisboa, Dom Quixote.
- Nel. lo, Oriol, (1995), "Políticas urbanas y gobierno metropolitano en el proceso de integración europea", *Ciudad y Territorio*, III (106), pp. 783-792.
- Offe, C. (1985), *Disorganized Capitalism*, Cambridge, Polity Press.
- Pires, R. P. (1990), "Semi-periferia versus polarização? Os equívocos do modelo trimodal", *Sociologia — Problemas e Práticas*, 8, pp. 81-90.
- Preteceille, E. (1995), "Division Sociale de L'Espace et Globalisation", *Sociétés Contemporaines*, 22-23, pp. 33-67.
- Robertson, R. (1990), "Mapping the global condition: globalization as the central concept", *Theory, Culture and Society*, 7 (2-3), pp. 15-30.
- Robertson, R. (1992), *Globalization — Social Theory and Global Culture*, Londres, Sage.
- Rodrigues, W., (1990), "'Gentrification' e emergência de novos estilos de vida na cidade", *Actas do Colóquio Viver (n) a Cidade*, pp. 49-58.
- Rodrigues, W. (1992 a), "Retorno à cidade e emergência de novos estilos de vida — O fenómeno de 'Gentrification' como exemplificação", *Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Trabalho de Síntese*, ISCTE.
- Rodrigues, W. (1992 b), "Urbanidade e novos estilos de vida", *Sociologia — Problemas e Práticas*, 12, pp. 91-107.
- Rodrigues, W. (1993), "Urbanidade e novos estilos de vida — contributos para um debate", *Actas do 2.º Congresso Português de Sociologia*, Lisboa, Editorial Fragmentos, pp. 812-816.

- Rodrigues, W. (1995), "Recomposições sócio-económicas e urbanísticas em Lisboa num contexto de competitividade internacional", *Working Paper*, Lisboa, CET, 50 págs.
- Rodrigues, W. (no prelo), "Retorno ao Futuro: Globalização e Polarização Social nas Cidades do Século XXI", *Povos e Culturas*, 6.
- Santos, B. S. (1994), *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade*, Porto, Afrontamento.
- Sassen, S.; (1991), *The Global City*, Princeton, NJ, Princeton University Press.
- Sassen, S.; (1994), *Cities in a World Economy*, Thousand Oaks, Pine Forge Press.
- Silva, A. S. (1994), "Tradição, modernidade e desenvolvimento: Portugal na integração europeia", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 39, pp. 147-162.
- Smith, N.; Williams, P. (eds.), (1986), *Gentrification of the city*, Boston, Allen & Unwin.
- Viegas, J. M. L e Costa, A. F. (orgs.) (1998), *Portugal, Que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora.
- Wilson, W. J.; (1987), *The Truly Disadvantaged; The Inner City, the Underclass, and Public Policy*, Chicago, University of Chicago Press.
- Zukin, S. (1995), *The Cultures of Cities*, Oxford, Blackwell.